



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

*CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)*

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

## **ANEXO I**

0162 Am

01148



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**  
**Estado do Paraná**

**Secretaria Municipal de Gestão Pública**

Av. Duque de Caxias, n.º 635  
CEP: 86.015-901 – Jd Mazzei - II  
Tel.: (43) 3372-4383

Of. n.º 0134/2010/SMGP-GAB

Londrina, 20 de outubro de 2010.

À  
**Autarquia Municipal de Saúde (AMS)**

**Assunto: Continuidade dos Projetos PSF, SAMU e POLICLÍNICAS.**

Em vista da reunião realizada na data de ontem, em que ficou definida a formalização de convênio(s) com vistas à continuidade dos projetos acima citados, os quais terão seus Termos de Parcerias rescindidos a partir da data de 01/11/2010, e considerando que até o presente momento não recebemos os pedidos, devidamente fundamentados, solicitamos o encaminhamentos dos mesmos até a data máxima de **21/10/2010**, a fim de não prejudicar os demais encaminhamentos e efetiva conclusão e início das atividades até aquela data.

Colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, no aguardo da adoção por essa Autarquia, das providências anteriormente indicadas.

Atenciosamente,

  
Marco Antonio Cito  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA**





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

*CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)*

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

## **ANEXO II**

6211

9

1805

Sonia Regina

De: Sonia Regina [sonia.regina@londrina.pr.gov.br]  
Enviado em: segunda-feira, 6 de dezembro de 2010 12:15  
Para: Juvenal AMS; Assessoria Saúde  
Cc: Elisangela - CPL V; 'Marco Cito' - Sec de Gestão Pública; 'Dênison Utiyamada'  
Assunto: URGENTE: Planilhas de custos SAMU, Policlínica, PSF e SID

2012/

Juvenal,

Conforme informado na sexta-feira, dia 03/12, precisamos que as planilhas do Instituto Gálatas e Atlântico estejam detalhadas, contendo, no mínimo, os encargos, seus percentuais, valores individuais, quantidade de vale transporte, vale alimentação, EPIs, detalhamento das despesas etc.  
Também, que a AMS confirme os valores indicados como salário de cada profissional (conforme Convenção Coletiva, sindicato ou entidade de classe), ocorrência de insalubridade, adicional noturno, carga horária e quantidade de profissionais, conforme constam na planilha.  
Cumpre destacar que as minutas dos termos de parcerias estão sendo elaboradas de acordo com as informações constantes no processo e que serão encaminhadas hoje para PGM.

Atenciosamente,

**Sonia Regina**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos  
Coord. de Gestão de Convênios e Parcerias  
Av. Duque de Caxias, n.º 635.  
CEP: 86.015-901 - Londrina/PR  
Tel.: (43) 3372-4957  
Fax: (43) 3372-4405

Visite nosso Site:  
[www.londrina.pr.gov.br](http://www.londrina.pr.gov.br)



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

*CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)*

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

## **ANEXO III**



**Parecer nº 1499/2010 – PGM/GAB**

*Ementa: Celebração de Parcerias com OSCIPS.  
Previsão legal. Possibilidade.*

**I – RELATÓRIO**

A Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, a pedido da Autarquia Municipal de Saúde, encaminha para análise desta Procuradoria os seguintes processos administrativos: PAL/SMGP – 1050/2010; PAL/SMGP – 1060/2010; PAL/SMGP – 1061/2010; e PAL/SMGP – 1062/2010, que têm por objeto a celebração de Termos de Parceria para a execução dos seguintes Programas: SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência e Emergência; SID – Sistema de Internação Domiciliar; PSF – Programa Saúde da Família; e Policlínica – Programa de Especialidades Médicas.

A fim de subsidiar a análise solicitada, esta Procuradoria solicitou alguns esclarecimentos (Despacho nº 640/2010), que foram respondidos pela Autarquia Municipal de Saúde, por meio do Ofício nº 1644/2010-GAB/AMS e anexos (documentos 01 a 07).

Esclareceu-se que os referidos Programas eram executados pelo CIAP – Centro Integrado e Apoio Profissional, também na forma de parcerias, as quais se encerrarão às 24:00h do dia 08 de dezembro de 2010, em razão da decisão administrativa de rescisão dos termos de parceria, publicados no Jornal Oficial do Município do dia 11/11/2010 (doc. 01).

Justificou a opção pela formalização de Termos de Parceria em razão da inviabilidade de execução direta dos Programas, haja vista que para a realização de concurso público ou teste seletivo far-se-ia necessária avaliação do impacto financeiro, de modo a não haver extrapolação do limite previsto na AC 101/2000.



Além disso, afirmou que a celebração das parcerias em caráter emergencial, pelo período de 6 (seis) meses, é indispensável para a manutenção da assistência prestada à população, por meio da execução dos programas, de forma a evitar a solução de continuidade dos atendimentos, até que AMS e a SMGP, nesse período, definam a melhor forma de contratação dos profissionais, seja por concurso público, concurso de projetos, contratos ou convênios.

No que tange à escolha das entidades para a execução dos programas, afirma a AMS que o valor das propostas foi apenas um dos critérios utilizados, sendo que, por decisão conjunta com o Conselho Municipal de Saúde – CMS, as parcerias deveriam ser celebradas com duas ou mais entidades, visando a minorar os prejuízos em caso de eventual inexecução dos programas.

Informa, ainda, que o CMS manifestou-se favoravelmente à celebração das parcerias com o Instituto Atlântico e o Instituto Galatas (doc. 06).

Foram apresentados atestados de capacidade técnica e operacional das instituições mencionadas (doc. 03 e 04) e manifestação da AMS sobre os itens e valores que compõem as planilhas apresentadas pelas entidades para cada programa (doc. 07).

## II – ANÁLISE

1.

A Constituição Federal de 1988 preceitua que as ações e os serviços de saúde, de relevância pública, devem ser executados diretamente ou através de terceiros, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado:

*Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.*

(...)

*Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.  
§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.*



Município de Londrina – Estado do Paraná  
Procuradoria Geral do Município

0302  
0255

Por sua vez, a Lei Federal nº 9.790/99, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, institui e disciplina o Termo de Parceria, que o Poder Público poderá firmar com tais entidades, em seu art. 9º, estabelece:

(...)

*Art. 9º. Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.*

*Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.*

*§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.*

(...)

Dentre as atividades objeto da parceria, previstas no art. 3º da mencionada Lei, encontra-se a de promoção da saúde (inc. IV).

Regulamentando a Lei 9.790/99, o Decreto nº 3.100/99 assim dispõe:

*Art. 8º Será firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Termo de Parceria destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 1999.*

*Parágrafo único. O Órgão estatal firmará o Termo de Parceria mediante modelo padrão próprio, do qual constarão os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes e as cláusulas essenciais descritas no art. 10, § 2º, da Lei nº 9.790, de 1999.*

(...)

*Art. 23. A escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, para a celebração do Termo de Parceria, poderá ser feita por meio de publicação de edital de concursos de projetos pelo órgão estatal parceiro para obtenção de bens e serviços e para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.*

*Parágrafo único. Instaurado o processo de seleção por concurso, é vedado ao Poder Público celebrar Termo de Parceria para o mesmo objeto, fora do concurso iniciado.*



Da leitura das normas acima transcritas verifica-se que a lei autoriza a parceria entre o Poder Público e o ente Privado para a execução de algumas atividades de interesse público, dentre as quais a promoção da saúde, mediante a execução de projetos e planos de ações correlatas.

O instrumento jurídico que viabiliza a execução dessas atividades é o Termo de Parceria, por meio do qual se formará o vínculo de cooperação entre as partes, cujos interesses são comuns e não conflitantes, diferindo, particularmente nesse ponto, dos contratos. Daí não se exigir a realização de licitação. Ao contrário, a escolha da OSCIP poderá ser feita mediante concurso de projetos, se assim houver por bem o ente público.

Finalmente, com a manifestação favorável do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, acerca da possibilidade de celebração das parcerias com as mencionadas entidades, restou suprida a exigência prevista no art. 10, § 1º, da Lei nº 9.790/99.

### III – CONCLUSÃO

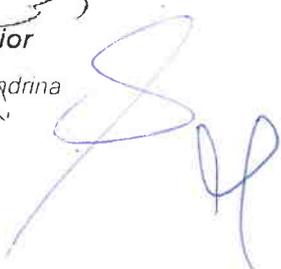
Posto isso, a celebração de Termo de Parceria entre o Poder Público e as entidades nominadas (Instituto Atlântico e Instituto Galatas), para o desenvolvimento dos programas mencionados no relatório, encontra amparo nas normas previstas nos arts. 197 e 199 da CF/88, na Lei nº 9.790/99 e no Decreto nº 3.100/99.

Ressalto, por fim, a presente análise restringe-se aos aspectos formais, sendo de responsabilidade da autoridade competente (Secretário Municipal de Saúde), no exercício da sua discricionariedade, justificar a celebração das parcerias e, sobretudo, a escolha das OSCIPS parceiras.

É o parecer.

Londrina, 8 de dezembro de 2010.

  
**Fidélis Canguçu Rodrigues Junior**  
Procurador-Geral do Município de Londrina  
OAB/PR 27.788





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

*CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)*

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

## **ANEXO IV**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
Estado do Paraná

6209 0097 8

1000

Recebido  
Registral  
10/11/10

Secretaria Municipal de Gestão Pública  
FID - Folha de Informações e Despachos

REF.: SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS 0659/2010 - DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SAMU E CENTRAL DE REGULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.

À AMS.

Conforme informação contida no Ofício nº 0134/2010, referido Programa, dentre outros, teria a continuidade via formalização de Convênio. Todavia, na solicitação acima indicada e no Ofício 0495/2010, solicita-se a contratação emergencial para a continuidade do aludido Programa. Nesse sentido, questionamos:

1. Será realizada a contratação emergencial? Em caso positivo, o instrumento será o contrato, restando necessário justificar o preço e encaminhar:
  - a. Proposta da instituição, devidamente assinada;
  - b. Documentação de regularidade jurídica e fiscal, conforme determina a legislação vigente:
    - i. Documentação de regularidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual, Municipal, declaração do cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII;
    - ii. Estatuto da referida instituição.
  
2. Será convênio? Em caso positivo, encaminhar:
  - a. Plano de Trabalho contendo:
    - i. identificação do objeto a ser executado;
    - ii. metas a serem atingidas;
    - iii. etapas ou fases de execução;
    - iv. plano de aplicação dos recursos financeiros;
    - v. cronograma de desembolso;
    - vi. previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
  - b. Documentação de regularidade jurídica e fiscal, conforme determina a legislação vigente:
    - i. Documentação de regularidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual, Municipal, declaração do cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII;
    - ii. Estatuto da referida instituição.

Colocamo-nos à disposição para dirimir eventuais dúvidas pelo ramal 4383, ou email mariza.yoshinaga@londrina.pr.gov.br

Em 10/11/2010.

Marco Antonio Cito  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO  
PÚBLICA

Mariza E. Yoshinaga  
Assessora Técnica de Gestão

Em tempo, a breves o Ofício n° 1501/2010 DGLC/CGCT



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

*CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)*

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

**ANEXO V**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE LONDRINA

0062 Am

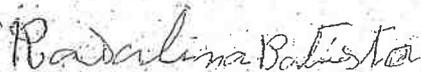
0016

DECLARAÇÃO Nº 020/CMS

Declaramos, para os devidos fins, que o Conselho Municipal de Saúde de Londrina em sua Reunião Extraordinária, realizada em 09 de novembro de 2010, **delibera seu apoio à contratação, convênio ou termo de parceria** a ser realizado em caráter emergencial para desenvolvimento das ações do PSF, Policlínica e SAMU, celebrando preferencialmente as instituições HUTEC e ISCAL em virtude dos qualificados serviços prestados por estas instituições e da idoneidade reconhecida por este conselho.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Londrina, 10 de novembro de 2010.

  
Rosalina Batista

  
Ana Paula Contelmo Luz

  
Marcos Rogério Ratto

Neusa Maria dos Santos

  
M<sup>te</sup> Osvaldina Mello Oliveira

  
Márcia Marengo

Membros da Comissão de Acompanhamento do Plano Emergencial para contratação dos serviços SAMU/PSF/Policlinica

Com a ciência:

  
Agajan A. Der Bedrossian  
Presidente em do Conselho Municipal de Saúde



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

## **ANEXO VI**

0063 Am  
0017  
8



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ESTADO DO PARANÁ

CI. 02/2010

Londrina, 20 de novembro de 2010.

De Comissão Técnica para avaliação das propostas ao contrato/convênio emergencial dos Programas PSF/SAMU/Policlínica  
Para: Diretor Superintendente da Autarquia Municipal de Saúde

A Comissão Técnica constituída através da Portaria nº 483 de 11 de novembro de 2010 com os membros nominados e seus suplentes em análise as propostas apresentadas conclui que

**Proposta 1: Fundação HUTec**

- A referida fundação foi criada para dar apoio científico e tecnológico a Universidade Estadual de Londrina, conforme descrito em seu estatuto "Art. 5º. A Fundação HUTEc tem por finalidades: Colaborar com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, interessadas no estudo, pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos das ciências da saúde, da formação de recursos humanos em saúde e do aprimoramento da prestação de serviços de saúde."
- É diretamente ligada a Universidade Estadual de Londrina, instituição formadora reconhecida pelos excelentes trabalhos na área de capacitação profissional o que a faz ser internacionalmente reconhecida;
- Esta fundação é parceira do ente público municipal para execução do Programa NASF de forma satisfatória, vale ressaltar que as prestações de conta são feitas de forma clara e completas, sem deixar dúvidas, no tempo programado e com todas as informações solicitadas e pertinentes;

**Proposta 2: Irmandade Santa Casa de Londrina – ISCAL**

- A referida Irmandade foi fundada em 1936 e hoje atende em torno de 63% dos pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- O hospital já foi escola da Faculdade de Medicina da, atualmente, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Isso foi no final da década de 60, antes da construção do Hospital Universitário, quando a Santa Casa abrigou os estudantes da primeira turma de Medicina de Londrina
- Conceituada junto ao Ministério da Saúde, pela qualidade dos serviços prestados, principalmente ao Sistema Único de Saúde (SUS), Hospital estratégico para o Ministério da Saúde – classificação em nível C, o mais alto do Programa de Incentivo à Integração ao Sistema Único de Saúde (Integrasus).

5120  
  
  
  
  
 1

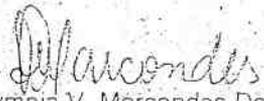
- Foi parceiro da Prefeitura de Londrina, através desta Autarquia Municipal de Saúde, mediante celebração e execução do convênio para o desenvolvimento do Programa de Saúde da Família (PSF).

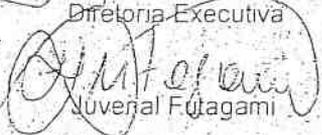
Quanto às demais propostas, abaixo listadas, informamos que não nos é possível emitir parecer técnico uma vez que desconhecemos às Instituições/OSCIPs, assim como as ações e projetos por elas desenvolvidas

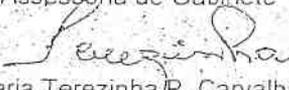
- Instituto ATLÂNTICO,
- Organização BEIJA-FLOR,
- IDESP – Instituto de Desenvolvimento Social e Profissional,
- CEMAS – Centro de Apoio à Educação, Meio Ambiente e Saúde,
- Instituto GALATAS,
- Instituto CORPORE para o desenvolvimento da Qualidade de Vida
- ADESOBRÁS – Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira,
- ORDESC – Organização para o Desenvolvimento Social e Cidadania

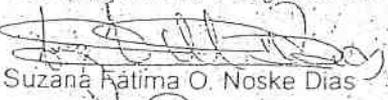
Anexo às referidas propostas, para as avaliações e encaminhamentos que se fizerem necessários

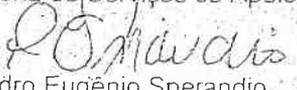
Atenciosamente,

  
Ana Olympia V. Marcondes Dornellas  
Diretoria Executiva

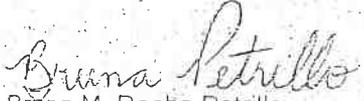
  
Juvenal Futagami  
Assessoria de Gabinete

  
Maria Terezinha P. Carvalho  
Diretoria de Planejamento e Logística em Saúde

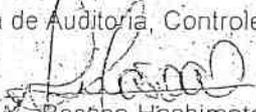
  
Suzana Fátima O. Noske Dias  
Diretoria de Serviços de Apoio

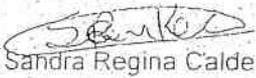
  
Pedro Eugênio Sperandio  
Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

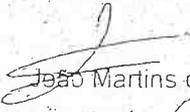
  
Martha Beatriz Esgaib Issa  
Assessoria de Gabinete

  
Bruna M. Rocha Petrillo  
Diretoria de Ações em Saúde

  
Marcio Makoto Nishida  
Diretoria de Auditoria, Controle e Avaliação

  
Rosana Hashimoto  
Diretoria de Serviços Especiais em Saúde

  
Sandra Regina Caldeira  
Diretoria de Epidemiologia e Informações em Saúde

  
João Martins de Souza  
Diretoria de Vigilância Ambiental e Sanitária

  
Elias Floriano  
Diretoria Financeira



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

*CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)*

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

## **ANEXO VII**

Londrina - PR, 24 de novembro de 2010.

A  
Prefeitura Municipal de Londrina  
Ilmo Srs. Marco Cito e Agajan Der. Bedrosian  
Secretaria de Gestão Pública e Secretaria Municipal de Saúde  
Londrina - PR

Prezados senhores,

Nós conselheiros municipais de saúde do Município de Londrina, diante da necessidade urgente da continuidade dos serviços prestados no Programa Saúde da Família, SAMU e Policlínica vêm à presença da Vossa Senhoria informar que após pesquisar referências, visita a sede da empresa e discussões internas posicionamo-nos favoravelmente a indicação da empresa londrinense GALATAS com experiência comprovada para assumir os serviços já mencionados.

Atenciosamente,

Marcos Rogério Ratto T  
T - Us

Joel Tadeu Correa T  
T - Us

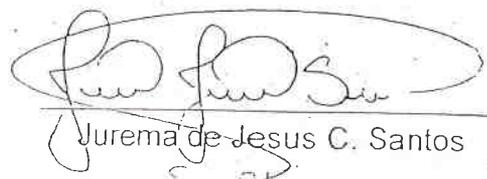
Terezinha Pereira da Silva  
S - Us

Leliane N. de Castilho Nascimento  
T - Us

Gerson Navarro de Oliveira  
S - Us

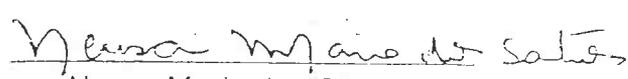
Neide Aparecida Gonçalves Ferreira  
S - Us

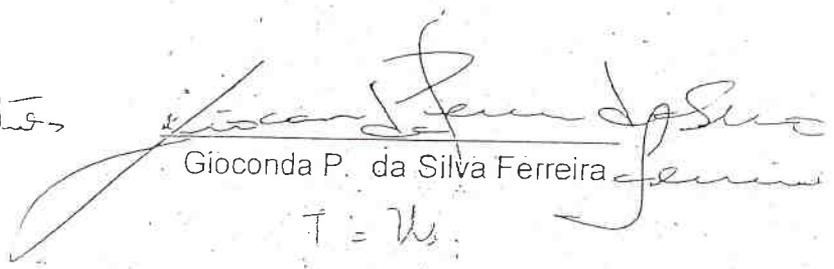
  
Elba Ferreira  
T = Us

  
Jurema de Jesus C. Santos  
S = Us

  
Rosicler Amarins O. Moura Vaz  
S = Us

  
Silvia Aparecida Brazão  
T = Us

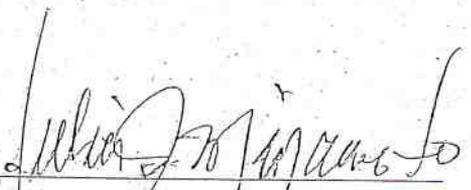
  
Neusa Maria dos Santos  
T = Us

  
Gioconda P. da Silva Ferreira  
T = Us

  
Márcia Cristina R. Marengo  
T = Us

  
Maria Osvaldina M. Oliveira  
T = Us

  
Manoel Rodrigues do Amaral  
S = Us

  
Júlia Satie Miyamoto  
T = Us

  
Malcissulei Correa  
S = Us

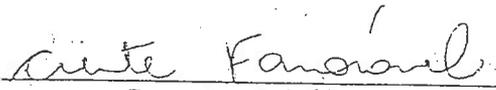
  
Elizabeth Maria Alves  
S = Us



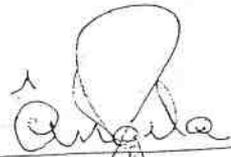
  
Janaina Marzer Salinet  
T = hab

  
Lazara Regina de Rezende  
T = hab

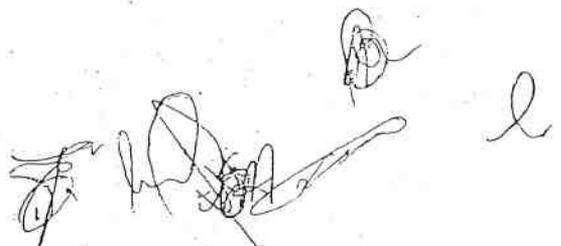
  
Paulo Fernandes Nicolau  
T = hab

  
Rosalina Batista  
T = Us

  
Esmeralda Pereira da Silva  
T = Us

  
Maria Angela Magro  
T = Us







CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

## **ANEXO VIII**





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

*Estado do Paraná*

*CEI DA SAÚDE (Portaria nº 88/2011)*

# **RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO**

**ANEXO IX**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(29/11/2010)

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47

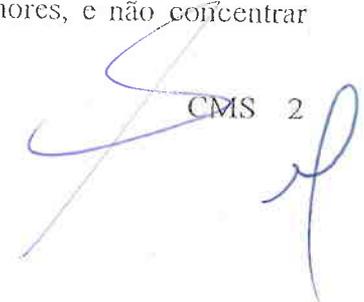
Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e dez, ás dezenove horas, no Auditório Samuel Pessoa da Vila da Saúde, após a certificação do quorum necessário, reunião extraordinária do conselho Municipal de Saúde, tendo como ponto de pauta o seguinte assunto: **1-19h00-Apresentação, discussão e aprovação da(s) Entidade(s) que irá(ão) substituir em caráter emergencial os Termos de Parceria vigentes: POLICLINICA, SAMU (Samu e Regulação) e PSF (Urbano e rural, internação domiciliar, reserva indígena, DST/Aids e Assistência Farmacêutica); 2 -22h00- Teto Maximo para encerramento da reunião. O Presidente do conselho Agajan A. Der Bedrossian dá boa noite a todos os presentes, e confirma o quorum para dar inicio a reunião. Por ser pauta única iniciará com apresentação, um histórico para abrir a discussão. Inicia a leitura do decreto lei número 52 de vinte seis de janeiro de dois mil e dez que diz no artigo primeiro: todos os procedimentos licitatórios de compras, contratação de obras e de serviços e formalização de convênios envolvendo repasse de recursos financeiros, bem como, administração e fiscalização de contratos oriundos destes processos, serão realizados pela Secretaria Municipal de Gestão Pública. Deixando claro que contratação, licitação e acompanhamento dependem de uma outra Secretaria, a de Gestão Pública e que evidentemente é assunto de interesse da Saúde. Dr Agajan explica que com a saída do Ciap, com o rompimento do convênio que termina agora no dia trinta, ou seja, amanhã para o pessoal de endemias e no dia oito de dezembro para os demais programas, teremos então que escolher uma outra, ou outras instituições que possam substituir o Ciap. Diz que é uma prerrogativa do executivo municipal, pois se trata de uma contratação emergencial de seis meses, e por força de disposição legal, quem responde pela contratação é o Executivo. É preciso este tempo para que seja re-desenhado todos os serviços e municipalizá-los na medida do possível, que já foi municipalizado o serviço de endemias e que o próximo passo seria municipalizar os agentes comunitários e assim sucessivamente. Diz ser impossível para o Município absorver um mil e cem funcionários. Dr Agajan como presidente do Conselho abre para discussão para que haja uma participação, um acordo, um consenso na tentativa de resolução do problema. Lê a declaração número vinte do Conselho que cita: "Declaramos, para os devidos fins, que o Conselho Municipal de Saúde de Londrina em sua Reunião Extraordinária, realizada em 09 de novembro de 2010, **delibera seu apoio à contratação, convênio ou termo de parceria** a ser realizado em caráter emergencial para desenvolvimento das ações do PSF, Policlínica e SAMU, celebrando preferencialmente as instituições HUTEK e ISCAL em virtude dos qualificados serviços prestados por estas instituições e da idoneidade reconhecida por este conselho." Em seguida a comissão técnica, de acordo com a portaria 483 de onze de novembro de dois mil e dez, que foi instituída pelo Secretário Municipal de Saúde junto com os vários Diretores da Autarquia Municipal de Saúde, para análise das várias propostas que recebemos de forma espontânea e encaminhadas à Secretaria de Gestão Pública. Parecer conclui-se que: Proposta 1: Fundação HUTEK, a referida fundação foi criada para dar apoio científico e tecnológico a Universidade Estadual de Londrina, conforme descrito em seu estatuto no artigo quinto. A Fundação HUTEK tem por finalidade: Colaborar no com pessoas físicas ou jurídicos, de direito público ou privado, interessadas no estudo, pesquisa, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos das ciências da saúde, da formação de recursos humanos em saúde e do aprimoramento da**

CMS I



48 prestação de serviços de saúde; é diretamente ligada a Universidade Estadual de Londrina,  
 49 instituição formadora reconhecida pelos excelentes trabalhos na área de capacitação  
 50 profissional e o que a faz ser internacionalmente reconhecida; esta Fundação é parceira do  
 51 ente público municipal para execução do Programa NASF de forma satisfatória, vale  
 52 ressaltar que as prestações de conta são feitas de forma clara e completas, sem deixar  
 53 dúvidas, no tempo programado e com todas as informações solicitadas e pertinentes.  
 54 Proposta 2: Irmandade Santa Casa de Londrina – ISCAL, a referida Irmandade foi fundada  
 55 em mil novecentos e trinta e seis e hoje atende em torno de sessenta e três por cento dos  
 56 pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS); o hospital já foi escola da Faculdade de  
 57 Medicina da, atualmente, Universidade Estadual de Londrina (UEL). Isso foi no final da  
 58 década de sessenta, antes da construção do Hospital Universitário, quando a Santa Casa  
 59 abrigou os estudantes da primeira turma de Medicina de Londrina; conceituada junto ao  
 60 Ministério da Saúde, pela qualidade dos serviços prestados, principalmente ao Sistema  
 61 Único de Saúde, Hospital estratégico para o Ministério da Saúde – classificado em nível C,  
 62 o mais alto do Programa de Incentivo; foi parceiro da Prefeitura de Londrina, através desta  
 63 Autarquia Municipal de Saúde, mediante celebração e execução do convênio para o  
 64 desenvolvimento do Programa de Saúde da Família (PSF). Quanto às demais propostas,  
 65 abaixo listadas, informamos que não nos é possível emitir parecer técnico uma vez que  
 66 desconhecemos as instituições/OSCIPS, assim como as ações e projetos por elas  
 67 desenvolvidas: Instituto Atlântico, Organização Beija-Flor, IDESP – Instituto do  
 68 Desenvolvimento Social e Profissional, CEMAS – Centro de Apoio à Educação, Meio  
 69 Ambiente e Saúde, Instituto Gálatas, Instituto CORPORE para o desenvolvimento da  
 70 Qualidade de Vida, ADESOBRAS – Agência de Desenvolvimento Educacional e Social  
 71 Brasileira e ORDESC – Organização para o Desenvolvimento Social e Cidadania. **Dr**  
 72 **Agajan** coloca que juntamente com a comissão do Conselho que acompanha as discussões  
 73 a seguinte situação de preferência à Santa Casa e HUTECH, mas que o preço proposto por  
 74 estas instituições ficou muito além das condições do Município conforme dito pela  
 75 Secretaria da Fazenda, Secretaria de Gestão, Secretaria de Governo e que embora  
 76 entrássemos em contato com ISCAL e HUTECH para redução dos valores apresentados para  
 77 que pudesse ser absorvido pelo Tesouro Municipal, mas ambos colocaram que o valor  
 78 apresentado por eles é o ideal para não correr riscos financeiros. O mesmo não foi feito  
 79 com as outras instituições, onde seus valores eram bem parecidos como “gato pardo” e que  
 80 não se tinha conhecimento de serviços prestados por eles. Estas informações foram  
 81 passadas à comissão do Conselho, na dificuldade encontrada para definir nomes e a mesma  
 82 apresentou uma sugestão que será lida a seguir: “Nós conselheiros municipais de saúde do  
 83 Município de Londrina, diante da necessidade urgente da continuidade dos serviços  
 84 prestados no Programa Saúde da Família, SAMU e Policlínica vêm à presença de Vossa  
 85 Senhoria informar que após pesquisar referências, visita a sede da empresa e discussões  
 86 internas posicionamo-nos favoravelmente à indicação da empresa londrinense GALATAS  
 87 com experiência comprovada para assumir os serviços já mencionados.” Esta declaração  
 88 teve a assinatura de mais de cinquenta por cento dos conselheiros. **Dr Agajan** coloca que  
 89 para maior participação do Conselho nas decisões com relação à Saúde foi acatada a  
 90 sugestão, dando abertura, para apresentação na Reunião do Conselho, mas a administração  
 91 central coloca que todos os programas não devem ficar “na mão” de uma única instituição,  
 92 evitando assim o que aconteceu com o Ciap, que quando o barco balançou levou mil e cem  
 93 pessoas junto. A idéia é de que tenhamos pelo menos duas instituições equilibradas e que  
 94 desta forma haja rivalidade entre elas, apresentando serviços melhores, e não concentrar

CMS 2



95 todos os programas a apenas uma instituição pelo risco de a instituição “pisar na bola”, que  
96 fica mais fácil se esta empresa tiver de quatrocentos a quinhentos funcionários, ao invés de  
97 apenas uma com mil e cem funcionários. A proposta para votação é exatamente esta: se  
98 devemos aprovar uma única instituição ou se devemos aprovar duas. Acredita que mais que  
99 duas fica muito picado, uns programas muito pequenininho de dez a quinze funcionários e  
100 que não vale a pena, até porque temos o HUTECH administrando parte deste programa que é  
101 o NASF. Pela ordem **a palavra passa ao conselheiro Marcos Ratto**, representante do  
102 segmento trabalhadores, que parabeniza a forma de apresentação do presidente do conselho  
103 pela sua imparcialidade, seriedade e competência a forma que foi apresentado os dados a  
104 todos os conselheiros. **Marcos Ratto** fala em nome dos membros da comissão do  
105 Conselho, embora não tenha uma procuração, que quando aconteceu o problema que ele  
106 mesmo havia vivenciado no dia a dia, assim como os usuários, ele enquanto presidente de  
107 entidade sindical sabe o quanto estes trabalhadores vem sofrendo com a situação indefinida  
108 de quem vai assumir, se no final do mês vai ou não receber seu salário. Coloca que o  
109 Secretário de Saúde foi muito feliz quando diz que se esgotou todas as possibilidades  
110 possíveis de negociação, coloca que também deu seu apoio ao HUTECH e ISCAL. Mas que  
111 a Santa Casa se mostrou interessada apenas pelo PSF, sei da dificuldade de fechar plantão  
112 no SAMU sem plantão médico completo e cobrança da imprensa e que o HUTECH  
113 apresentou o maior preço de todas as instituições, e ainda a comissão teve acesso a  
114 apresentação de todas as outras interessadas, que seriam nove ou dez, sendo oito ocips e a  
115 fundação Santa Casa e HUTECH. **Ratto** chama atenção de todos os conselheiros, e das as  
116 pessoas que o conhecem, e diz que a comissão fez análise de cada uma, verificando a  
117 composição de cada uma delas, sua composição, a idoneidade e ética, a qualidade na  
118 prestação de serviços, a lida com os trabalhadores, se há um sindicato que os representem  
119 em várias localidades no qual são sede destas instituições. Conclui que estes programas que  
120 são de tanta importância ao Município, o PSF, o agente comunitário que se desloca até a  
121 periferia ou na última rua dos assentamentos para ver aquele doente acamado e sem  
122 condições, mas que a partir desta visita o leva até o posto de saúde. Após esta análise  
123 resolvem subdividir a comissão a fim de analisar todas as entidades. E fizeram o  
124 documento assinado por vinte e quatro conselheiros, onde uma oscip de Londrina estaria  
125 sendo indicada. Que outra oscip que não cita o nome, e que não é de Londrina não está  
126 pagando patronal, que até é o menor preço, mas que estamos discutindo saúde e não a  
127 compra de um tecido ou uma torneira. **Ratto** diz que o que nos importa é a qualidade,  
128 responsabilidade, seriedade e com isso conclui-se que oscip GALATAS, de Londrina, com  
129 pessoas ilibadas, pessoas sérias tem condições de gerenciar os programas. Parabeniza a  
130 transparência do Dr Agajan, pois o mesmo poderia nos “enfiar guela abaixo” qualquer oscip  
131 lembrando que contrato emergencial quem escolhe é o gestor. **A palavra passa ao**  
132 **Conselheiro Elba Ferreira** representante do Conleste e do conselho local de saúde do  
133 Ernane, dá boa noite a todos e diz ter sido contemplado na fala do Marcos Ratto, mas que  
134 gostaria de saber qual o nome do dono destas firmas. **A palavra passa ao Conselheiro**  
135 **Fadh Haddad**, representante do prestador filantrópico, dá boa noite a todos e confirma se  
136 está gravando a Reunião e repete o que foi dito na reunião do dia nove de novembro, que  
137 colocou a sua instituição Santa Casa numa posição de auxílio, apoio e na tentativa de ajudar  
138 o Município a solucionar o problema, onde não tinham informações oficiais do que seria  
139 necessário para poder viabilizar o programa. Sendo assim foi solicitado à Secretaria  
140 Municipal de Saúde o encaminhamento destas informações, principalmente do número de  
141 pessoas, salários, etc. onde nos foi nos respondido prontamente e nós fizemos nossas

142 contas, avaliações e a proposta inicial feita foi realmente sobre o PSF e a Policlínica. Isso se  
143 dá ao fato de já terem experiência por sete anos anteriores e uma idéia de como trabalhar  
144 com o Município e não quiseram se aventurar a fazer a proposta para o Samu e a Central de  
145 Regulação. **Fadh** coloca que no meio das discussões com os Secretários, inclusive o Dr  
146 Agajam, foi falado da proposta de pegar apenas "o filé" e "largar o osso", o mesmo afirma  
147 poder pegar tudo sim, mas que não foi feita à proposta formal, porém extraoficialmente,  
148 desde que houvesse interesse do Município. Afirma que os valores que foram apresentados  
149 foram dentro daquilo que se previa, já que tinha uma experiência dos problemas judiciais  
150 que viriam a seguir em relação aos problemas surgidos neste período em que o Ciap estava  
151 gerenciando todos os sistemas do Município. Então **Fadh** diz que propuseram todos, e que  
152 estavam aguardando uma possível conversa, pra ver onde poderiam chegar em termos de  
153 valores. Quanto à indicação desta Oscip **Fadh** pergunta quanto é o valor total do PSF,  
154 Policlínica e etc, pra confirmar se é realmente se está abaixo ou acima do que foi proposto  
155 pela Santa Casa. Lembra que quando estava ligado ao PSF e era parceiro do Município,  
156 sabe-se da seriedade e da responsabilidade que foi conduzido o processo e que como o  
157 Marcos Ratto citou aqui não é uma negociação de balcão, e sim uma negociação onde  
158 estamos preocupados na medida o resultado de uma inadequação na condução vai refletir  
159 em todos os serviços de saúde do Município. A Santa Casa já existe em Londrina há setenta  
160 e cinco anos e não vai se aventurar em fazer de qualquer forma, deixando claro que se  
161 coloca a disposição para eventuais esclarecimentos. **A palavra passa ao Conselheiro Joel**  
162 **Tadeu** diz não ter procuração pra falar em nome do Marcos Ratto em relação à negociação  
163 de balcão, mas que toda a comissão participou desta negociação, e que a mesma é paritária,  
164 com a participação de prestador onde coloca a participação da conselheira Ana Paula que  
165 também representa a Santa Casa. **Joel Tadeu** diz ficar triste, pois coloca "em xeque" o  
166 restante do conselho e afirma não ter negociação de balcão. Neste momento se levanta e diz  
167 não ser necessário palmas, havendo assim manifestação da plenária, o Sr Joel Tadeu afirma  
168 que defende os trabalhadores em qualquer circunstância mais do que eles pensam, diz que  
169 eles tem de fazer aquilo que se compete, e que se não concordam não entram ou pedem a  
170 conta. **Joel Tadeu diz:** "Nós somos conselheiros, eu represento as associações de  
171 moradores de Londrina e mais do que vocês só trabalhador, eu represento quem precisa."  
172 Continua dizendo que neste conselho não existe negociata de balcão, que em após exaustiva  
173 negociação com o Dr. **Fadh**, que pessoalmente o procurou antes, para que entrasse no  
174 processo. Diz da preferência com HUTEK, e que ninguém participou de negociata onde fez  
175 contraponto com as palmas. **Joel** coloca a paridade da comissão, onde participam,  
176 prestadores, trabalhadores e usuários e mais do que isso, todos são pessoas responsáveis. E  
177 que dentro desta responsabilidade procuraram e indicaram esta instituição por ser de  
178 Londrina pela facilidade de acompanhamento e reforçando a pergunta do Sr. Elba, amigo  
179 particular de trinta anos onde juntos fundaram a associação de moradores do conjunto  
180 Emame Moura Lima, pessoa que está no conselho por uma articulação enquanto região  
181 leste, apóia a pergunta do mesmo. Sr Joel diz ao Dr **Fadh** que a condução da Prefeitura está  
182 muito boa, não medindo esforços para que a Santa Casa e o HUTEK assumissem, mas que  
183 quando foi tomada a atitude de indicar uma empresa foi por ver a possibilidade de que  
184 mude o que está acontecendo, e ainda diz que seus pares, os conselheiros usuários, tem  
185 outra proposta, de que não se entregue somente a GALATAS, mas sim a outras que são  
186 consideradas idôneas, e cujo preço seja compatível, sendo esta sua primeira intervenção.  
187 **Dr. Agajan** pede que a plenária não se manifeste, e justifica que está sendo dada uma  
188 abertura que nunca existiu, que poderia ter sido resolvido dentro de gabinete, que é uma

CMS 4  


189 prerrogativa do executivo municipal e que poderia somente anunciar a empresa escolhida.  
190 Diz querer que o conselho todo participe, que os trabalhadores e toda comunidade participe,  
191 pois é a grande chance da abertura democrática para discutir o que é melhor para a cidade  
192 de Londrina. Pede calma a todos presentes, que ouçam e respeitem quem está falando. A  
193 **palavra passa a conselheira Ana Paula** que inicia dizendo que como membro da  
194 comissão não participou de nenhum processo de avaliação da Oscip Gálatas, que não teve  
195 acesso à documentação que permitisse os demais membros avaliarem a idoneidade ou  
196 adequação da mesma. Informa que sua participação nesta comissão foi apenas no primeiro  
197 parecer, e ainda que se sentiu desconfortável por pertencer à Santa Casa. Que sempre foi no  
198 sentido de dizer da necessidade de bom senso, pois a opção pelo mais barato pode sair caro,  
199 e que no primeiro mês de assinatura de um contrato emergencial, no mês seguinte já se sabe  
200 de histórias de contratos, aditivos e valores que sejam necessários. Enquanto Santa Casa  
201 acha importante deixar claro que sua proposta não foi mais cara que as demais, pela  
202 intenção de ganhar dinheiro, mas porque a Santa Casa sempre se preocupou em recolher os  
203 encargos, os tributos de maneira adequada e que sempre respeitou os direitos dos  
204 trabalhadores e cumpriu estes direitos do ponto de vista tributário. A intenção da Santa  
205 Casa ao fazer a proposta e ao montar sua planilha de encargos é de primeiro não colocar a  
206 Santa Casa em risco, mas para ter condições de bancar o passivo que vai vir por conta da  
207 herança do Ciap. Relata ter tido uma oportunidade de conversar com a Márcia, presidente  
208 do sindicato dos agentes comunitários, que se sentiu a seriedade da mesma, e externa sua  
209 preocupação em a Santa Casa em assumir uma equipe que está muito machucada.  
210 Funcionários feitos de bobo por muito tempo, sendo jogados pra lá e pra cá e se sabe o que  
211 isso pode representar, e que a Santa Casa não quer ganhar direitos em cima desse programa  
212 e sim quer honrar com todos os compromisso tributários, fiscais devidos a esses  
213 trabalhadores. Pela ordem **Marcos Ratto** deixa claro e lembra que como servidor de  
214 carreira, há alguns anos atrás foi vaiado na AFML Associação de Funcionários Municipais  
215 de Londrina, quando defendia contrariamente ao PCCS, hoje está de alma lavada porque  
216 demais servidores sabem do maldito PCCS que carregamos. **Ratto** deixa claro que palma  
217 não o agrada e pede a participação dos trabalhadores no conselho, pois a mesma é pública,  
218 podendo solicitar à secretária as atas anteriores, do ano passado, e assim avaliar a postura  
219 dele como conselheiro que dava murro quando não tinha sequer um protetor solar e que os  
220 nobres conselheiros sabem disso. Informa que quando a Ana Paula diz não ter acesso a  
221 valor, que ela foi convidada para a reunião no gabinete do secretário de saúde e que a  
222 mesma não compareceu, e que nesta reunião foi passado os valores de todas. **Ratto** também  
223 fala da Márcia com muito orgulho, pois a central sindical o qual ele preside, a União Geral  
224 dos Trabalhadores, o sindicato dos agentes comunitários não só de Londrina, mas do  
225 Estado do Paraná é filiado a sua central. Que quando vê outros profissionais que não são  
226 agentes comunitários como o Sindicato Senalba, não só de Londrina, mas estadual também  
227 é filiado a sua central. **Ratto** conclui dizendo que quando se fala de valores que é pública  
228 esta informação, que o Ciap recebe dois milhões e sessenta e um pelos programas, taí o  
229 resultado de tudo isso. Que a Oscip chamada Atlântico apresentou o preço de dois milhões  
230 e trinta, valores arredondados, a Beija flor dois milhões e cinquenta e seis, a Gálatas dois  
231 milhões cento e trinta e sete, a Santa Casa com a ciência do Dr Fadh foi a última a entregar,  
232 na quinta quase à noite, onde se estivesse entregue antes já teriam resolvido este problema,  
233 pois todos estavam cobrando e pressionando, e que dentro de alguns dias acabaria o  
234 programa e daí não adiantaria bater palmas no gabinete do prefeito. Que tem que ser  
235 resolvido há tempo até o dia sete, daí a necessidade de trabalhar e correr por todo lado.



236 Informa que a Santa Casa apresentou um valor de um milhão oitocentos e vinte só no PSF e  
237 Policlínica e o HUTEK dois milhões oitocentos e nove, o IDESP dois milhões trezentos e  
238 oitenta e cinco, a CEMAS dois milhões duzentos e cinquenta e um, a CORPORE um  
239 milhão oitocentos e sete, a ADESOBRAS dois milhões duzentos e sessenta e a ORDESC  
240 dois milhões trezentos e onze. Ratto relata que em outra tabela que não pediu cópia,  
241 embora pudesse, estavam as taxas de administração que variam de sete e oito até quinze e  
242 dezessete por cento. E é só multiplicar esta taxa de administração pelos valores acima  
243 citados, que se sabe o quanto ganham para gerenciar e administrar. E que quando avaliaram  
244 não pegaram apenas os valores da tabela, mas que também foi avaliado a taxa de  
245 administração, e que referendam a Gálata por ser de oito ponto sessenta e quatro, enquanto  
246 outras variavam entre doze, quinze e dezessete por cento de taxa de administração. Ratto  
247 pede aos trabalhadores que em alguns dias seja o A, o B ou o C, que este conselheiro tem  
248 um mandato, e que ficará em seu sindicato até dois mil e doze, e um mandato em sua  
249 federação até dois mil e quinze, sendo assim podem ter certeza que para os funcionários  
250 desta oscip, não importa qual, seu sindicato gostaria de representá-los. Que os dois  
251 sindicatos que os representam, já são filiados a sua central, e que sem dúvida, que jamais  
252 admitirá sindicato que irá contra o trabalhador. Ratto diz não querer rebater as falas do Dr  
253 Fadh, mas que se necessário rebate até dentro do Ministério Público ou mesmo no  
254 microfone, sendo muitas vezes aplaudido ou até mesmo vaiado, mas com muito orgulho,  
255 porque uma das coisas que tem, um filho criado sem pai, é moral, é ética que recebeu em  
256 seu berço, dentro de sua casa. Ratto afirma que jamais vai compartilhar com acordo,  
257 acordados de madrugada, e que durante oito anos a Prefeitura vivenciou, colocando por  
258 goela abaixo, e que as coisas aconteciam neste conselho no último dia para aprovação de  
259 planos, relatórios da gestão de tudo quanto é jeito. encima da hora. E que temos que  
260 parabenizar esta gestão que trouxe democraticamente pra mostrar à sociedade, a imprensa,  
261 que poderiam já definir entre A ou B e teríamos que engolir, e obrigados a concordar. A  
262 palavra passa ao Dr José Luiz Camargo, representante dos trabalhadores médicos inicia  
263 dando boa noite a todos e diz que gostaria em primeiro lugar lembrar que o secretário  
264 colocou em discussão se os contratos seriam desenvolvidos por uma só entidade ou por  
265 mais de uma, que este seria o assunto em discussão, e esta está tomando outros rumos até  
266 necessários, mas num momento certo. E se adianta para falar em segunda oportunidade que  
267 gostaria de conhecer o contrato social desta entidade proposta pelo secretário Dr Agajan,  
268 não o seu proprietário, mas sim quem são os seus proprietários e quer saber também se  
269 junto com o contrato social apresentado, se existem as certidões negativas dos cartórios da  
270 cidade. Dr José Luiz afirma que nós não podemos correr o risco de trabalhar com os "fichas  
271 sujas". O segundo aspecto a ser levantado também, pede atenção aos trabalhadores e  
272 usuários no vai falar, é a importância com relação a esta entidade proponente da compra da  
273 prestação de serviços seja oferecido junto um plano de cargos e salários de seus  
274 funcionários, que não podemos que com o pretexto do que vamos comprar por preços mais  
275 acessíveis, mais baratos permitir que a mão de obra destes trabalhadores sejam exploradas.  
276 Pede aos senhores usuários tenham cuidado com o que fazem, com o que falam e com o  
277 que votam, por que um contrato mal elaborado e de baixo custo vai fazer com que o atual  
278 estado de coisas que a imprensa tem apresentado de uns dias pra cá em relação à falta de  
279 profissionais continue ou até piorem. Pede que raciocinem com ponderação, usando a  
280 razão, porque importante que isso seja feito e que não devem se deixar levar pela emoção,  
281 mas pela razão e pelo bom senso. Um contrato mal elaborado sem se conhecer com  
282 detalhes quem está sendo aceito como o prestador de serviço, vai implicar na manutenção



283 do estatus atual, trabalhadores insatisfeitos e usuários desassistidos. **Dr Luiz** pede por favor  
284 que usem a razão. **A palavra passa a Maria Osvaldina** que inicia dando boa noite a todos  
285 e pede para olhar os microfones, pois muitos não estão funcionando. Afirma estar de acordo  
286 com o Dr. Luiz no sentido de ver quem é quem, para que não se faça como o Ciap  
287 contratado pela outra gestão, e seus funcionários que agora estão sofrendo e nós aqui,  
288 mesmo com uma big dor de cabeça e com um furo no pé, deixando de comparecer na  
289 reunião do meio ambiente para estarmos aqui em prol dos funcionários. **D Nisinha** sugere  
290 que além de ver quem é quem, que se formasse uma comissão de conselheiros para  
291 acompanhamento do contrato e dos serviços executados por eles, como estão sendo pagos,  
292 como está seu recebimento, pois do jeito que está não pode continuar. Afirma que  
293 queremos um serviço de qualidade, que não seja pago por um serviço sem qualidade e que  
294 o mesmo dure seis meses, e se não for bom não renove o contrato, procura-se por outra  
295 empresa. **A palavra passa ao Dr Fadh** que fala de um mal entendido, pede desculpas se  
296 ouviu uma má interpretação e diz respeitar todos os colegas do conselho, pois o Sr Joel e o  
297 Marcos Ratto tinham ficado chateados e gostaria de explicar que o que falou foi reforçando  
298 o que o Marcos tinha colocado, que a saúde é mais importante que dinheiro. Que quando  
299 mencionou sobre negociação de balcão é porque acredita que a saúde seja mais importante.  
300 Não tendo feito nenhuma acusação que estava havendo isso, foi uma interpretação  
301 equivocada, e primeiro porque não estão começando neste conselho, e há respeito por todos  
302 os colegas e que o Marcos Ratto por muitas vezes até tem conversado com ele se exalta  
303 com razão por estar defendendo algo que acredita, e o Sr Joel também, mas o que foi dito é  
304 que a Saúde não pode servir a isto e reforçando o que o próprio Marcos citou de que a  
305 negociação não pode ultrapassar os limites do benefício das pessoas. **Dr Fadh** quando  
306 pergunta o valor, é na posição de conselheiro e quem tem um pouco de vivência no  
307 processo como o HUTEK, colocam o preço para tocar o serviço de uma maneira digna.  
308 Afirma não estar dizendo que essa Oscip seja uma empresa indigna, pelo contrario, pois  
309 não a conhece, mas acredita que se município fez essa escolha teve boas razões. **Dr Agajan**  
310 antes de passar a palavra aos demais membros do conselho afirma deixar bem claro que o  
311 município não escolheu absolutamente nada, simplesmente aceitou um documento com  
312 indicação de vinte quatro conselheiros e o trouxe para discutir neste conselho, e nada mais  
313 do que isso. Afirma não conhecer a empresa Gálatas, nem seus proprietários, nem seus  
314 funcionários e não ter falado com ninguém, absolutamente ninguém da referida instituição.  
315 **Dr Fadh** pede desculpas novamente, pela colocação que fez. O conselheiro Marcos Ratto  
316 cede sua vez ao conselheiro **Joel Tadeu** que relata estar numa reunião do conselho  
317 municipal, que a mesma é séria e que está acalorada, mas que começou no conselho local  
318 onde mora no jardim Leonor, que ajudou na fundação do conselho regional onde hoje está a  
319 nível estadual e nacional. Relata estar vindo de um seminário que falava de atenção  
320 primária, e o município precisa realmente fazer uma reengenharia na atenção primaria, mas  
321 que já está conversando com o gestor Dr Agajan. **Joel** faz um elogio ao Dr José Luiz pelas  
322 suas palavras sensatas, pois muito do que foi dito nos contempla, mas garante que embora o  
323 Dr Agajan não tivesse entrado em contato com estas empresas deu a oportunidade de  
324 avançarem nesta questão, por isso que foram atrás, assim como vão atrás do Instituto  
325 Atlântico para tirar um diagnóstico, seguindo a sugestão de não ficar apenas uma empresa.  
326 Afirma que esteve na sede da Gálatas, na Rua Souza Naves esquina com Alagoas  
327 conversando com algumas pessoas e que pretende fazer o mesmo com o Instituto Atlântico,  
328 para que esse conselho não tenha problemas na aprovação. Além de conhecer o que  
329 preconiza a nossas ações, o que são nossas atribuições e penalidades, por isso considera o

330 conselho altamente qualificado. Quando chegam a se manifestar a respeito de alguma  
331 empresa sabiam o que estavam fazendo, pois querem o melhor para a cidade de Londrina.  
332 Diz não ter nada pessoal contra o Dr Fadh, que hoje há uma unidade neste conselho que não  
333 existia antes, que a intervenção que se faz necessário e que a partir de amanhã irão visitar o  
334 Instituto Atlântico, para ver se este também tem condições de assumir algum programa, que  
335 cita o Atlântico, mas poderia ser qualquer outra. Que querem o melhor para esta cidade, que  
336 está no conselho não só representando ele mesmo, mas a entidades, assim como outros  
337 conselheiros. A palavra passa a conselheira **Rosalina**, representante dos usuários, dá boa  
338 noite á todos e pondera algumas colocações em cima da fala do Dr Agajan sobre o ponto de  
339 pauta, que é definir se vai ficar uma empresa ou duas. Gostaria de deixar bem claro para  
340 todos os trabalhadores e usuários que o conselho participou de várias de discussões e  
341 encaminhamentos, desde quando o secretário de gestão veio colocar que o Samu poderia  
342 ser contratado pelo pregão, onde se revoltou, por não se tratar da compra de macarrão, mas  
343 sim contratação de prestação de serviço. Que não esta participando desta negociação hoje,  
344 mas tem uma prerrogativa que contrato de emergência é da gestão. Então pondera isso, pois  
345 amanhã ninguém poderá cobrar do conselho municipal responsabilidade nenhuma do que  
346 está acontecendo. **Rosalina** simplesmente parabeniza a comissão técnica da Secretaria  
347 Municipal de Saúde que com muita sinceridade vem trabalhando, que infelizmente o  
348 encaminhamento não foi aceito por razões de valores, então o que veio para o conselho com  
349 testemunho de todos, é optar uma ou duas empresas, então gostaria de dar um voto de  
350 confiança ao Dr Agajan, que em uma reunião sugeriu que trabalhássemos com duas  
351 empresas porque se uma não der certo, o serviço não estaria na mão de uma só Oscip. Que  
352 ela não conhece nenhuma dessas, somente o trabalho da Santa Casa e o nome do HUTEK.  
353 Gostaria de deixar bem claro que a sua função como usuária é cobrar o serviço e que seja  
354 bem prestado. Gostaria também de formar uma comissão do conselho e que a Secretaria de  
355 Saúde desse autonomia para acompanhar esses contratos, para que não seja preciso  
356 estarmos aqui daqui seis meses e possamos trabalhar com mais tranquilidade. A palavra  
357 passa para o conselheiro **Marcos Rato** que parabeniza a fala do Dr Jose Luiz e acrescenta  
358 encima da proposta da conselheira Rosalina que o acompanhamento desta empresa seja mês  
359 a mês e que se nessas avaliações não estiver dando certo, dispensa a mesma. A plenária  
360 pede a palavra, mas o conselheiro **Marcos Ratto** esclarece sobre o regimento, que o  
361 conselho já tem representantes de todos os segmentos, e é paritário. Na sequência o  
362 conselheiro **Manoel Amaral** dá boa noite á todos e pergunta ao Dr Agajan se já tem um  
363 levantamento financeiro para cobrir os prováveis gastos de imediato, pois houve um  
364 aumento das despesas das empresas que estão pleiteando. Se município pode fazer a  
365 complementação visto que esses programas são nacionais e se o município tem condições  
366 de cobrir essas despesas. E qual foi o motivo do rompimento do convênio com a Irmandade  
367 Santa Casa de Londrina que administrava muito bem o Programa Saúde da Família, o  
368 convênio foi rompimento pela Santa Casa ou foi a Prefeitura que não quis mais a prestação  
369 desse serviço pela Santa Casa. A palavra passa para conselheira **Júlia Myiamoto Satie**, que  
370 representa o Concentro, dá boa noite a todos e cita a sua posição favorável referente às duas  
371 empresas, pois com somente uma há precariedade com o serviço e com o trabalhador, pois  
372 o mesmo não consegue reinvidicar nada. Afirmo conhecer o serviço da Santa Casa e a  
373 satisfação de seus trabalhadores. Pergunta se houver uma divisão dessas empresas com  
374 quem ficaria o Samu. A conselheira **Ana Paula** responde a pergunta do conselheiro Manoel  
375 a respeito da Santa Casa que tinha um convênio com o município e a vigência estava  
376 condicionada a um litígio em relação a dois componentes de uma licitação do CIAP e o



377 GIAP que saiu uma liminar muito rápida autorizando a contratação do CIAP e ai o  
378 Município na Gestão Interina desencadeou esse contrato muito rápido com o CIAP e  
379 significou a ruptura do convênio com a Santa Casa foi notificada a recindir esse convênio  
380 com o Município na ocasião. **Ana Paula** pergunta a respeito das equipes do Samu que tem  
381 um contrato de trabalho que se encerra amanhã (aviso prévio) e até então está funcionando  
382 a pleno vapor. E como vai ficar esta situação, visto que como trabalham em hospital e  
383 sabem da relevância dos serviços prestados, tanto do Samu como da Central de Regulação e  
384 suas respectivas equipes. A conselheira **Márcia Marengo**, trabalhadora da saúde, dá boa  
385 noite a todos e inicia dizendo que faz parte da comissão que está avaliando e que embora  
386 participando de várias reuniões, não chegaram a nenhuma conclusão. Pergunta de quem é a  
387 Gálatas, quem a representa e para quem presta serviço, que já foi perguntado por várias  
388 pessoas, mas até agora ninguém respondeu. E que outra preocupação dos trabalhadores é  
389 em relação às pessoas que administram essas Oscip, pois o que os trabalhadores não  
390 querem é que sejam políticos por trás delas, porque já houve problema demais e estão todos  
391 cansados. Lembra ter assinado um documento de preferência a ISCAL e o HUTEUC, foi  
392 entendido que um foi um valor maior, mas se votarmos em dividir em mais de uma  
393 entidade, se há possibilidade de fazer uma nova proposta com um valor menor. A palavra  
394 passa para **Dr José Luiz** que diz estar prestando atenção em tudo que está sendo falado e as  
395 pessoas tem muito juízo e muita razão no que falam, e chama a atenção dos trabalhadores e  
396 usuários para que pensassem no que fazer, e chama a atenção do Conselho como um todo:  
397 "Está sendo jogado para cima de nós uma responsabilidade que não nos diz respeito  
398 independente daquilo que pensamos ou fazemos ou eventualmente podemos decidir, que a  
399 decisão sobre a assinatura dos contratos emergenciais é uma prerrogativa do executivo;  
400 quem recebe e analisa e decide as proposta através da Secretaria Municipal de Gestão  
401 Pública é o poder executivo. Nós não podemos jamais aceitar no futuro, que sugerimos algo  
402 que é de competência de decisão da Secretaria de Gestão Pública, não é de nossa  
403 responsabilidade a decisão. O assunto é importante, pois diz respeito ao trabalhador, ao  
404 usuário que vai ser atendido e que contrato de baixo custo não traz garantia nenhuma, pois  
405 o trabalhador corre o risco de não receber e o usuário de não ser atendido." **Dr José Luiz**  
406 continua dizendo que na situação anterior o sindicato que representa foi chamado para fazer  
407 homologação dos médicos demitidos e em cem por cento das homologações a conta estava  
408 errada, os encargos não estavam sendo pagos conforme a lei e isso resultou numa ação  
409 trabalhista coletiva e que a terceira vara julgou procedente e nos deu ganho de causa para  
410 que todos aqueles que tinham sido prejudicados, em suas rescisões pudessem receber o que  
411 tinha direito. Pediu que fosse fornecido o contrato social da empresa Gálatas onde quer  
412 conhecer o plano de cargos e salários dos funcionários dessa empresa, o que fazem, o  
413 quanto trabalham e quanto ganham. Quer conhecer a certidão negativa de todas as varas e  
414 alternativas judiciais que existem no município de Londrina. **Dr José Luiz** entende que não  
415 deveríamos nos posicionar que a resolução pode ser sugestiva, que não podemos jamais, em  
416 tempo algum sermos responsabilizado por uma decisão desse porte, não temos culpa se o  
417 contrato se encerra amanhã, que uma decisão precipitada pode ser fatal. Trabalhador sem  
418 receber e usuário sem ser atendido. O conselheiro **Joel Tadeu** dá continuidade de  
419 encaminhamento que Rosalina e Nisinha iniciou a respeito das duas empresas. Mas diz que  
420 não poderia deixar de dizer ao conselho que conhece a lei orgânica do município, a lei que  
421 criou esse conselho, que são leis do governo federal a lei 8080 que fala do controle social e  
422 a lei 8142 é a que delibera inclusive a questão do financiamento, por isso procurou sempre  
423 estar informado. E que aprendeu com a conselheira Ana Paula ter gosto de ler portarias, que



424 a mesma normalmente beneficia prestadores, mas lê para entrar em debates. Diz tomar todo  
425 cuidado possível. Joel diz: "Como conselho consultivo, somos consultados; mas sabemos  
426 que a atribuição é do gestor, pois ouvi isso hoje do Prefeito durante evento de  
427 comemoração de aniversário de trinta e três anos da Ubs do Jardim Bandeirantes. Diz que  
428 enquanto conselho consultivo são chamados e não podem ser furtar da pequena  
429 contribuição neste sentido." Relata da importância de acompanhar a Oscip e que não o  
430 fizeram no passado com o CIAP, que hoje se encontra sob intervenção, por isso a  
431 importância de aceitar o encaminhamento da Rosalina que se decida se é duas empresas,  
432 mantendo o documento que já foi assinado de sugestão a Gálatas, onde foi atendido pelo Dr  
433 Sergio, ex-reitor da Unopar. Relata que o contrato com a Santa Casa era precário, mas que  
434 desenvolveu seu trabalho brilhantemente. Afirma ter feito todos os esforços para que se  
435 mantivesse a Santa Casa e o HUTECH, mas que não foi possível. Coloca que participa de  
436 outros conselhos com cem por cento de frequência, assim como D Rosalina e Neusinha  
437 onde querem o melhor para a cidade. Sugere avançar para votação de duas ou mais Oscips.  
438 A palavra passa para **Janaina**, representante do segmento trabalhador pelo Conselho  
439 Regional de Enfermagem, da boa noite á todos e coloca algumas considerações sobre a  
440 contemplação de fala da Márcia Marengo e Dr Jose Luiz solicitando conhecer esses  
441 contratos social, esses nomes, certidões dessas empresas sugeridas. Porque se preocupa  
442 muito com os profissionais de enfermagem inclusive das pessoas que irão coordenar os  
443 serviços (enfermeiros), pois já tivemos muitas dificuldades e não só de indicação, mas da  
444 continuidade das atividades, de profissionais, de trabalhadores do CIAP, onde se reportam  
445 ao conselho falando de todas as dificuldades possíveis e nem sequer tinham acesso à  
446 coordenação de enfermagem, e nós enquanto conselho se recusando até em receber-los para  
447 discutir situações de profissionais. Diz ser importante montar essas comissões ou ter a  
448 possibilidade que as próprias empresas viessem aqui se apresentar. Assim poderíamos  
449 questionar diretamente a esses profissionais e não ter mais problemas como tiveram  
450 anteriormente com a antiga empresa. **Dr Jose Luiz** pede questão de ordem e comunica que  
451 solicitou que fosse fornecido o contrato social e o plano de cargos dos funcionários da  
452 empresa, sem isso fica difícil votar, sem isso vou me abster e proclama que as pessoas de  
453 bom censo façam o mesmo. **Dr Agajan** relata mais uma vez; existe uma lei soberana  
454 número 52 de vinte seis de janeiro de dois mil e dez que diz no artigo primeiro: todos os  
455 procedimentos licitatórios de compras, contratação de obras e de serviços e formalização de  
456 convênios envolvendo repasse de recursos financeiros, bem como, administração e  
457 fiscalização de contratos oriundos destes processos, serão realizados pela Secretaria  
458 Municipal de Gestão Pública. Estamos sugerindo à Secretaria de Gestão Pública no sentido  
459 de indicar uma ou outra instituição. A posição da Secretaria Municipal de Saúde foi pela  
460 ISCAL e HUTECH, mas como os valores eram muito além dos valores gastos com o CIAP  
461 em torno de dois milhões, a Secretaria da Fazenda não tem condições de liberar recursos  
462 acima disso, até porque não existe previsão orçamentária. A Secretaria da Fazenda pediu  
463 que fosse um contrato mais ou menos nesse nível. Por isso estamos passando para o  
464 conselho, democraticamente a chance de discutir e encaminhar algumas sugestões de  
465 nomes para a Secretaria de Gestão porque em última análise é ela quem faz. E repassa um  
466 slide que relata o seguinte: "Excelentíssimo **Marcos Citto** secretario municipal de gestão  
467 publica. Sr secretario com a participação dessa secretaria estão sendo tomadas providencias  
468 afim de proceder contratação emergencial para o desenvolvimento dos Programas Saúde da  
469 Família, Samu, Central de Regulação e Policlínica. Todavia, ressaltamos que sendo o  
470 prazo de vigência de seis meses desses emergenciais há extrema necessidade de



471 formalização de processos licitatórios para o desenvolvimento dos programas de forma  
472 imediata para que tenhamos tempo suficiente até o findar dos contratos emergenciais.”  
473 Então pedimos a Secretaria de Gestão Publica que já comece a desenvolver um processo  
474 licitatório e que se possível em menos que seis meses nós já tenhamos definição por  
475 completo a situação. Porque em última análise quem vai fazer a contratação rigorosamente  
476 é a Secretaria de Gestão Publica. Já que foi impossível escolher a ISCAL e HUTECH em  
477 função dos valores apresentados, totalmente descartado pela Secretaria da Fazenda por  
478 questão de recurso. Tem-se agora uma oportunidade única de discutir os nomes, uma  
479 sugestão e evidentemente quem vai ver esta questão de contrato, de razão social, certidões  
480 negativas, etc é a Secretaria de Gestão Pública, que vai tomar todas as providências, até  
481 porque é quem assina o contrato, e assume a responsabilidade. O que pode acontecer é  
482 acatar ou não a sugestão do conselho e caso remeta o problema temos o risco de atrasar  
483 demais o processo. Devemos ser claros e objetivos, não se trata de transferência de  
484 responsabilidade e como colocado pelo Dr. Jose Luiz é uma decisão sugestiva. É a primeira  
485 vez na história deste conselho que o Executivo traz uma situação para o conselho opinar,  
486 então vamos iniciar o encaminhamento para a votação inicial se devemos ter uma ou duas  
487 instituições conduzindo esses programas. Começando com a conselheira **Maria Célia**,  
488 diretoria do Cismepar dá boa noite perante todas as discussões da pauta do dia, todas as  
489 colocações que foram abordadas são mais viáveis, que se coloque a posição de duas  
490 instituições. Uma de acordo com a complexidade de todos os programas cada uma tem suas  
491 características distintas, então poderíamos estar acatando essa opção de duas instituições,  
492 aprovado. A conselheira **Lazara** também é a favor de duas empresas. A conselheira  
493 **Márcia** aprova duas ou mais. O conselheiro **Marcos** representando segmento dos  
494 trabalhadores aprova duas ocips ou mais. A conselheira **Sandra Bonini** representando  
495 segmento do gestor aprova duas ocips ou mais. A conselheira **Silvia Brasão** usuario aprova  
496 duas ocips. A conselheira **Julia** aprova duas ocips ou mais. A conselheira **Neide** aprova  
497 duas ocip ou mais. O conselheiro **Elba** aprova duas ocips ou mais. O conselheiro **Manoel**  
498 aprova duas ocips ou mais. O conselheiro **dr Paulo** aprova duas ocips. A conselheira **Mara**  
499 aprova duas ou mais. O conselheiro **dr Fahd** absteve de votar pela sua participação no  
500 processo. A conselheira **Leliane** aprova duas ocips ou mais. O conselheiro **Joel Tadeu**  
501 aprova duas, mas no Maximo três. A conselheira **Maria Osvaldina** aprova duas ou mais. A  
502 conselheira **Rosalina** aprova duas ou mais, mas que seja de Londrina para que possamos  
503 acompanhar. A conselheira **Neuza** união geral dos trabalhadores aprova duas ou mais. O  
504 conselheiro **dr Jose Luiz** absteve de votar. O presidente do conselho municipal de saúde **Dr**  
505 **Agajan** aprova duas ou mais e relata que foi aprovado, por duas ou mais instituições e  
506 houve duas abstenção. Existe uma menção encaminhada de vários conselheiros indicando  
507 como uma delas a Gálatas. Temos um documento com várias assinaturas e quero colocar  
508 em votação se mantem essas assinaturas e situação. Pois tem vinte e quatro assinaturas que  
509 assinaram favoravelmente por uma dessas instituições (Gálatas) então vamos colocar em  
510 votação: Conselheira **Maria Célia** diz que já que teve uma constituição formada e que  
511 todos assinaram condizente, aprovado. Conselheira **Lazara** aprova, mas com uma ressalva  
512 que não teve acesso a documentos e informações dessa empresa e gostaria de conhecer  
513 mais sobre essa empresa. Conselheira **Márcia** aprova, mas com ressalva de conhecer mais  
514 sobre essa empresa. Conselheiro **Marcos** rato aprovado. Conselheira **Sandra** entendendo  
515 que essa é uma prerrogativa da gestão, mas respeitando que a maioria desse conselho  
516 assinou esse documento sugerindo o nome dessa empresa então eu aprovo essa decisão.  
517 Conselheira **Silvia Brasão** assinei mesmo sem conhecer a fundo, mas sugeri com nossos

518 colegas que venham conhecer mais sobre essa empresa aprovado. Conselheira. **Julia**  
519 aprovado. Conselheira **Neide**, aprovado. Conselheiro. **Elba** aprovado. Conselheiro Manoel  
520 Aprovado. Conselheiro dr Paulo aprovado. Conselheira Mara absteve de votar porque  
521 precisaria conhecer primeiro essa instituição. Conselheiro dr **Fahd** absteve de votar.  
522 Conselheira **Leliane** aprovado. Conselheiro Joel Tadeu aprovado. Conselheira **Maria**  
523 **Osavaldina** aprova, mas que precisa conhecer melhor estas instituições. Conselheira  
524 Rosalina aprovamos que essa ocip seja de londrina e não de fora. Conselheira **Neuza**  
525 aprova, mas que essas empresas sejam idôneas. Conselheiro **José Luiz** com o máximo  
526 respeito aos colegas, que assinaram esse ofício, mas sem conhecer, se abstem de votar.  
527 Presidente do conselho municipal de saúde dr **Agajan** relata que tem uma equipe de  
528 governo e diretoria em respeito e solidariedade a minha diretoria mantem a nossa posição  
529 abstenho de votar. Dando continuidade, na primeira votação dezoito sim e duas abstenção e  
530 na segunda votação dezesseis sim e quatro abstenções. Foi aprovada, a sugestão do  
531 conselho municipal de saúde e companheiros do conselho, indicando a empresa gálatas  
532 como uma, das participantes do processo. O conselheiro **Joel Tadeu** pede um  
533 esclarecimento ao **Dr Agajan** a pedido da **Ana Paula**, de como fica a situação dos  
534 trabalhadores a partir de amanhã. Dr **agajan** responde que a informação que tem o contrato  
535 termina dia oito  
536 de dezembro, agora com relação as endemias realmente se encerra amanhã. A partir do dia  
537 primeiro a Prefeitura assume o pessoal das endemias, mas os demais programas vão  
538 depender da nova empresa que vai assumir e administra o programa. Que fique bem claro  
539 que serão duas ou mais instituições então vai quebrar o monopólio de ser uma única com  
540 todos os programas que serão divididos mais ou menos em condição de igualdade entre as  
541 duas instituições. Vamos levar a sugestão do conselho municipal de saúde que uma dessas  
542 empresas seja a empresa chamado gálatas. Reunião encerrada as 21:35. Esta ata foi digitada  
543 por Adriana Ferreira Borges da Costa e Sandra Aparecida Oliveira Bavia e será assinada pelos  
544 conselheiros abaixo;  
545  
546  
547

